



CONSELHO DE CAMPUS – ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2014
Realeza – PR, 05 de maio de 2014

1 Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e catorze, a partir das treze
2 horas e quarenta e quatro minutos, no auditório do *Campus* Realeza, da
3 Universidade Federal da Fronteira Sul, sito à Avenida Edmundo Gaievski, 1000
4 (mil) – Acesso pela Rodovia PR 182 (cento e oitenta e dois), km 466 (quatrocentos
5 e sessenta e seis), em Realeza, Paraná, foi realizada a 5ª (quinta) Sessão
6 Ordinária de 2014 (dois mil e catorze) do Conselho de *Campus pro tempore*, sob a
7 presidência do Professor José Oto Konzen. Fizeram-se presentes à sessão os
8 seguintes Conselheiros Natos: Clóvis Alencar Butzge (Coordenador Acadêmico),
9 Maikel Douglas Florintino (Coordenador Administrativo), Danielle Nicolodelli Tenfen
10 (Coordenadora do curso de Ciências Naturais), Eduardo de Almeida (Coordenador
11 do curso de Física), Ana Paula Inoe Tomazini (Coordenadora do curso de Medicina
12 Veterinária), Izabel Aparecida Soares (Coordenadora do curso de Ciências
13 Biológicas), Rozane Marcia Triches (Coordenadora do curso de Nutrição) e
14 Sabrina Casagrande (Coordenadora do curso de Letras). Conselheiros Titulares:
15 Adalgiza Pinto Neto, Letiére Cabreira Soares, Marcelo Zanetti, Márcia Fernandes
16 Nishiyama, Ruben Alexandre Boelter, Antonio Marcos Myskiw, Dioni Angelin,
17 Carlos Eduardo Cereto, Edineia Paula Sartori Schmitz e Inácio Werle. Os
18 seguintes suplentes compareceram: Liziara Cabrera e Edson Santolin. Não
19 compareceu à sessão por motivos justificados, o conselheiro Clóvis Piovezan
20 (Coordenador do curso Química) e a conselheira Viviane Scheibel de Almeida.
21 Conferindo o *quórum* regimental o presidente cumprimentou os presentes e
22 declarou aberta a 5ª (quinta) Sessão Ordinária do Conselho de *Campus Pro*
23 *Tempore* do *Campus* Realeza. **EXPEDIENTE. 1.1 Informes:** O Conselheiro Clóvis
24 Butzge informou **a)** o resultado da avaliação dos cursos de Nutrição e Medicina
25 Veterinária, ambos obtiveram a nota 4 (quatro). **b)** que dia doze de maio haverá
26 um seminário sobre política indígena e criação do *Campus* Indígena, que o
27 *Campus* está organizando o transporte para participação do evento e que os
28 interessados devem enviar e-mail para a Coordenação Acadêmica manifestando
29 interesse. O presidente informou que **c)** o concurso dos Técnicos Administrativos
30 em Educação (TAE) foi homologado e que as nomeações iniciarão ainda no início
31 do mês de maio. Disse que existem 9 (nove) vagas abertas no *Campus* e que,
32 destas, 7 (sete) nomeações já foram solicitadas e as outras duas estão sendo
33 negociadas para nomeação em breve. A nomeação da nutricionista está sendo
34 negociada junto à SEGEP. **d)** Esclareceu que o Comando de Greve reuniu-se com
35 a Direção do *Campus*, ocasião em que apresentaram a pauta local. Informou que
36 o comando solicitou um posicionamento da Direção sobre a orientação da Reitoria
37 relacionado ao corte de ponto e que a equipe diretiva levou os questionamentos e
38 a pauta local para a Reitoria, ressaltando o que foi solicitado pelo Comando de
39 Greve, mas a Reitoria justificou os encaminhamentos feitos com base no Ofício
40 expedido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e em



41 parecer da Procuradoria Geral da União. Destacou que o professor João Alfredo
42 Braida fez ponderações em favor da revisão do encaminhamento, mas que o
43 mesmo ficou mantido em virtude do entendimento de que caberia ao sindicato
44 questionar as orientações feitas pelo Ministério e pela Procuradoria. Disse também
45 que as orientações do MPOG e da Procuradoria responsabilizam os órgãos da
46 administração pelo não cumprimento das medidas propostas. e) A conselheira
47 Danielle Tenfen informou que solicitou seu desligamento da Coordenação do
48 Curso de Ciências Naturais e que a maneira como será substituída será definida
49 na próxima reunião do colegiado. **1.2 Aprovação da Ata:** a ata da 4^a (quarta)
50 sessão foi adiada para verificação de conteúdos destacados por conselheiros, a
51 ser esclarecida através da escuta do áudio pela secretaria. O presidente colocou a
52 pauta em apreciação e sugeriu colocar como primeiro ponto de pauta o
53 encaminhamento de dois processos de Redistribuição para a Comissão
54 Permanente de Ensino, Pesquisa e Extensão (CPEPE). O conselheiro Carlos
55 Cereto solicitou incluir um ponto de pauta com objetivo de solicitar ao Conselho de
56 *Campus* a emissão de uma Moção de Apoio à greve dos Servidores Técnicos
57 Administrativos em Educação e solicitou a autorização do direito de voz a um
58 representante do Comando de Greve Local (CGL) e, caso aprovada a solicitação
59 da pauta, que esta seja colocada como primeiro item da pauta, a fim de liberar os
60 demais membros do Comando. O conselheiro informou que trouxe uma minuta de
61 moção para ser lida, caso aprovado o encaminhamento. A conselheira Edineia
62 Schmitz solicitou revisão da data de indicação de TAE para o Conselho
63 Comunitário devido à greve dos servidores. O presidente do Conselho
64 Comunitário, Sr. Inácio José Werle, presente na sessão, informou que os TAE
65 devem enviar um ofício ao Conselho Comunitário informando a necessidade de
66 prorrogação deste prazo. A conselheira Edineia Schmitz solicitou que a servidora
67 Leide Blanco tenha oportunidade para falar, em caso de questionamento do
68 Regulamento da Clínica-Escola. O conselheiro Maikel Florintino informou a
69 sugestão de ponto de pauta enviada pelo conselheiro Clóvis Piovezan que solicita
70 uma intervenção do *Campus* para alterar horário de saída dos transportes pois
71 está atrapalhando o bom funcionamento das atividades acadêmicas. A conselheira
72 Danielle Tenfen questionou que tipo de ação o Conselho de *Campus* poderá
73 encaminhar em relação ao transporte. O conselheiro Clóvis Butzge disse que
74 poderá ser emitido um documento mais formal, feito administrativamente. O
75 presidente enfatizou que o fato de ser deliberação deste Conselho dá mais peso à
76 cobrança. A inclusão dos pontos foi aprovada por unanimidade. O presidente
77 sugeriu que a solicitação do Conselheiro Carlos Cereto, de ser o primeiro ponto de
78 pauta, fosse atendida, sendo aprovado pelos conselheiros, assim como a alocação
79 dos processos de redistribuição como segundo ponto de pauta. Os demais pontos
80 de pauta ficam mantidos na ordem, acrescentando-se, ao final, a discussão sobre
81 o transporte. Consultou ao pleno para que um membro do CGL pudesse se
82 pronunciar com teto de 30 (trinta) minutos e a solicitação foi aprovada. 2. ORDEM
83 DO DIA. **2.1 Manifestação do Comando Local de Greve:** José Roberto Carvalho,



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Universidade Federal da Fronteira Sul
Conselho de *Campus* de Realeza

84 pedagogo do *Campus* Realeza e membro do Comando de Greve Local,
85 cumprimentou os presentes e se apresentou brevemente. Disse que presidiu o
86 sindicato no Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS) e que, ao chegar ao
87 *Campus*, em compromisso com a militância, buscou informações sobre a
88 sindicalização na Instituição, maneiras de se filiar e se surpreendeu ao perceber
89 que não havia, sendo a UFFS uma Instituição cuja filosofia se reforça no aspecto
90 de ser pública, democrática e popular. Falou que o enfrentamento com a gestão da
91 UFFS está sendo difícil, pois não possuem respaldo jurídico, uma vez que a
92 criação do sindicato ainda não se encontra formalizada. Informou que a greve
93 deriva de uma decisão da Federação Nacional dos TAE, a FASUBRA e que, por
94 isso, os servidores não podem ser penalizados com o corte de ponto. Apresentou
95 os motivos da greve a nível nacional e alguns pontos da pauta local. Falou sobre a
96 manifestação que ocorrerá em Brasília em defesa da categoria e a fim de retomar
97 as negociações com o Governo Federal. Mencionou que três servidores do
98 *Campus* foram participar desta manifestação. Disse que a perspectiva de corte de
99 ponto já fez alguns colegas desistirem da paralisação e que este corte está
100 acontecendo apenas aqui na UFFS. Nas outras Instituições Federais de Ensino
101 Superior (IFES), que estão em greve há mais tempo, não se tem adotado o
102 mesmo procedimento. Se manifestou satisfeito quanto à abertura ao diálogo
103 manifestada pela Direção e pela Reitoria e reafirmou a necessidade de apoio do
104 Conselho de *Campus* explicando que não se trata de greve do *Campus* Realeza,
105 mas de uma greve nacional. Finalizou esperando que a Universidade não rasgue
106 sua própria história ao negar o apoio ao movimento paredista local e agradeceu a
107 oportunidade. O presidente confirmou o que apresentou nos informes, sobre o
108 ponto de vista da Gestão da Universidade que entende que a Direção local deve
109 cumprir as orientações, já que o seu descumprimento transferiria toda a
110 responsabilidade à equipe diretiva local e aos seus subordinados no *Campus*.
111 Reafirmou que a Reitoria se dispôs a conversar com o CGL, caso este esteja
112 interessado e disse que não cabe a eles como dirigentes questionar a legitimidade
113 da greve, uma vez que o movimento não foi questionado juridicamente,
114 destacando que a tradição histórica das greves tem negociado os dias parados
115 nos acordos de finalização das greves. Mencionou que este era o desejo da
116 equipe diretiva manifesto à Reitoria, mas que esta entende estar a Instituição
117 subordinada aos Ministérios e à Procuradoria. A conselheira Sabrina Casagrande
118 questionou se não há possibilidade de repensar isso por parte da Reitoria. O
119 conselheiro Clóvis Butzge esclareceu que não houve mudança no posicionamento
120 da Reitoria, apenas que se disponibilizaram a conversar com o Comando de Greve
121 Local, se este se interessar. José Roberto esclareceu que o Comando de Greve
122 protocolou dois documentos via Direção e com cópia para a Reitoria solicitando o
123 diálogo, especificamente no ponto que trata do corte de ponto, pois os grevistas
124 estão especialmente interessados no diálogo. Disse que o Comando entende que
125 o Reitor ocupa um cargo importante de Direção de uma Universidade, porém
126 afirmou que a Instituição precisa ser maior do que ele, pois do contrário será



127 instituída uma condição hierárquica de vassalagem e é preciso evitar trilhar este
128 caminho. Relatou que não se vê insubordinando à Gestão, pois em um ambiente
129 Universitário não se deve existir este tipo de hierarquia com possibilidade de
130 insubordinação. Citou a história da Universidade Nacional de Brasília (UNB) que
131 possui uma trajetória admirável, da qual se deve tomar conhecimento para pautar
132 algumas ações e conquistas, a fim de não se perder as vitórias já obtidas.
133 Registrou que o Comando de Greve se encontra o dia todo no *Campus*, sempre
134 aberto ao diálogo e que o corte de ponto é, na verdade, o corte do Direito dos
135 servidores lutarem por seus direitos. Finalizou dizendo que estão abertos ao
136 diálogo e aguardam, apenas, a confirmação da agenda solicitada para que este
137 diálogo ocorra. Relembrou que as ações que estão acontecendo hoje se tornarão
138 uma marca na história da UFFS em seu início de caminhada. A conselheira
139 Danielle Tenfen se manifestou favorável ao posicionamento do José Roberto,
140 concordando com a Moção de Apoio e sugerindo, também, uma nota de repúdio
141 ao posicionamento da Reitoria que se mostra incoerente. O conselheiro Marcelo
142 Zanetti lembrou que na greve de 2012 (dois mil e doze) houve a mesma situação,
143 que a Reitoria disse que haveria corte de ponto, apesar de não ter ocorrido
144 naquela época, ou seja, relembrou que o posicionamento do Reitor está apenas se
145 repetindo. Concordou com a sugestão da conselheira Danielle Tenfen e ressaltou
146 que nem a Direção do *Campus* está sendo ouvida, pois esta justificou e
147 argumentou perante a Reitoria, mas a orientação continua sendo para que haja o
148 corte do ponto. Disse que é importante mostrar ao Reitor a insatisfação e solicitou
149 ao Comando que apresente o documento elaborado por eles e falou que espera
150 que neste documento possa constar toda a insatisfação local. O presidente
151 solicitou ao Comando que apresentasse a moção aos conselheiros e o conselheiro
152 Carlos Cereto fez a leitura. A conselheira Sabrina Casagrande sugeriu incluir no
153 documento informações que reafirmaram o posicionamento da Reitoria da última
154 reunião em que o assunto foi tratado com a presença da Direção do *Campus*
155 Realeza. Não houve mais considerações, a sugestão da conselheira foi acolhida.
156 O presidente apresentou aos conselheiros os três aspectos distintos existentes na
157 moção: apoio à greve, repúdio a uma decisão e solicitação de revisão das ações.
158 Disse aos conselheiros que poderiam votar em partes do documento ou aprová-lo
159 totalmente. Solicitou a manifestação dos conselheiros. Não havendo
160 manifestações contrárias, a moção foi novamente lida em sua íntegra para
161 verificação do texto após alteração e aprovada integralmente com 15 (quinze)
162 votos favoráveis e 2 (duas) abstenções. A Moção será emitida pelo Conselho de
163 *Campus*. **2.2 Encaminhamento de Processos de Redistribuição para a**
164 **Comissão Permanente de Ensino, Pesquisa e Extensão (CPEPE):** o presidente
165 sugeriu encaminhar os processos de Redistribuição para a CPEPE enquanto os
166 trabalhos da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e do Núcleo
167 Permanente de Pessoal Docente (NPPD) ainda estão em seu momento inicial e
168 para que o processo tramite em um tempo adequado. Apresentou os processos,
169 indicando os interessados e as áreas de conhecimento envolvidas e foram



170 encaminhados para a CPEPE. **2.3 Cronograma de trabalho da Comissão**
171 **Temporária do Regimento Geral:** o presidente expôs o assunto lembrando que
172 o conselho já havia deliberado sobre esta matéria e que os apontamentos foram
173 enviados à Comissão. Convidou a conselheira Edineia Schmitz para apresentar a
174 nova proposta de Cronograma para o Conselho. A conselheira informou que não
175 houve tempo hábil para enviar aos Conselheiros as ponderações da Comissão em
176 resposta ao Memorando 05 (cinco) da Secretaria de Órgãos Colegiados e teceu
177 considerações sobre as solicitações encaminhadas à comissão pela Secretaria.
178 Esclareceu que a Comissão está trabalhando em cima de diversos regimentos
179 existentes desde a criação da Comissão. Disse que o Regimento Geral da UFFS,
180 em discussão no Consuni, foi recebido e que a Comissão baseará os trabalhos em
181 cima deste, ainda que não esteja totalmente concluído. Respondendo a solicitação
182 de criação de uma minuta de Regimento Geral, disse que a Comissão está
183 elaborando esta minuta, porém só irá apresentá-la 120 (cento e vinte) dias após a
184 aprovação do Regimento Geral da UFFS. Informou que a Comissão irá se reunir a
185 cada 15 (quinze) dias para continuar os estudos, fazer relatórios e ir aprimorando a
186 minuta até que o Regimento Geral seja concluído. Alguns temas que serão
187 abordados nas Audiências Públicas que a Comissão realizará já foram definidos,
188 porém a conclusão destes só acontecerá após a publicação do Regimento Geral. A
189 conselheira informou que a Comissão elaborou o seguinte encaminhamento: após
190 120 (cento e vinte) dias da publicação do Regimento Geral da UFFS, o Conselho
191 de *Campus* receberá a minuta de Regimento Geral do *Campus* para conhecimento
192 e as Audiências serão marcadas com previsão de trabalhos durante 60 (sessenta)
193 dias. Após as Audiências a Comissão enviará nova redação do Regimento Geral
194 do *Campus* para apreciação do Conselho de *Campus*. O presidente disse que um
195 dos objetos de deliberação do Conselho foi o momento de realização das
196 Audiências Públicas, com intuito de realizá-las para a definição de temas que se
197 tornarão objeto de análise para minuta, pois, muitas vezes, discutir temas a partir
198 da minuta, empobrece as discussões, já que as limita à discussão da redação da
199 ementa. Sugeriu que, se a Comissão já possui alguns temas que precisam ser
200 clarificados, em especial em pontos que diferem e são polêmicos em outras
201 Instituições de Ensino Superior (IES), talvez devam rever a realização das
202 Audiências, antecipando-as em relação à elaboração da minuta. A conselheira
203 Edineia Schmitz esclareceu que a realização de Audiências após a elaboração da
204 minuta tem por objetivo discutir temas relacionados ao Regimento Geral. A
205 conselheira Sabrina Casagrande questionou se os temas das Audiências serão
206 definidos depois da aprovação do Regimento Geral. A conselheira Edineia Schmitz
207 explicou que alguns temas já estão definidos, mas que outros poderão surgir a
208 partir da publicação do Regimento Geral da UFFS. A conselheira Sabrina
209 Casagrande sugeriu adiantar a realização das Audiências Públicas abordando os
210 temas que já foram aprovados pelo Consuni no Regimento Geral. A conselheira
211 Edineia Schmitz disse que Comissão está buscando evitar o retrabalho, pois em
212 caso de realização de Audiência Pública e definição que seja incoerente com o



213 Regimento Geral, não poderá ser acolhido. Levará a sugestão para os membros
214 da Comissão e verificará a possibilidade e viabilidade de se adiantar a realização
215 das Audiências. Informou aos conselheiros a indicação da conselheira Dioni
216 Angelin como representante discente e que a comissão ainda aguarda indicação
217 do representante externo e a publicação da portaria de nomeação da Comissão. O
218 presidente explicou que está acontecendo uma recomposição do Conselho
219 Comunitário e que a partir desta recomposição será possível fazer a indicação do
220 representante e publicar a Resolução. **2.4 Alteração do Regime de Trabalho de**
221 **Docente lotado no Campus Realeza:** o presidente apresentou o ponto, informou
222 que o pedido foi analisado, estudado e discutido com a Reitoria. Explicou que
223 existem vários encaminhamentos que podem ser dados ao documento e que uma
224 das atividades atribuídas à CPPD é deliberar sobre este assunto, porém, antes da
225 CPPD dar seu posicionamento, é preciso ter um posicionamento do *Campus*, a
226 partir do Conselho, baseado em uma análise local e naquilo que a redução do
227 regime de trabalho impactará no *Campus*. Ressaltou que é preciso atentar para
228 que a decisão não seja pessoal e nem abra precedente para servir de justificativas
229 para próximos pedidos semelhantes. A conselheira Sabrina Casagrande reafirmou
230 a necessidade de olhar a dimensão do pedido, pois a necessidade particular pode
231 dar jurisprudência a outros pedidos. Disse que também não sabe como será feito o
232 trâmite, mas que é necessário ser criado o fluxo institucional para, posteriormente
233 analisar o caso particular na medida do possível. A conselheira Izabel Soares
234 sugeriu solicitar informações ao conselheiro Antonio Myskiw antes de se discutir o
235 assunto. A conselheira Rozane Triches concordou com o posicionamento da
236 conselheira Izabel Soares e disse que o curso de Nutrição é o que será
237 diretamente afetado. O colegiado entende o pedido da professora como legítimo e
238 que todos os seus argumentos são plausíveis, mas que o próprio MEC pontuou na
239 avaliação do curso que os professores da área específica estão todos com
240 sobrecarga de trabalho. Relatou estar diante de um impasse, pois a professora é
241 importante para o curso, atuante, mas que sua saída precisará ser substituída para
242 a continuidade das aulas que ela ministra. O conselheiro Carlos Cereto disse que
243 argumentação de caráter pessoal não deve ser considerada pelo Conselho e
244 sugeriu que antes de se emitir qualquer parecer ou criar algum trâmite, o Conselho
245 deveria solicitar à CPPD ou à CPEPE um estudo sobre o impacto que a Redução
246 do Regime de Trabalho causará, bem como as implicações legais e
247 organizacionais para se atender ao pedido. Reafirmou que, na instância do
248 Conselho de *Campus*, deveria ser atribuição da CPEPE. A conselheira Sabrina
249 Casagrande questionou se é papel do Conselho de *Campus* ou da CPPD discutir
250 sobre este tema. O conselheiro Clóvis Butzge leu as atribuições da CPPD e disse
251 que a função da CPPD é assessorar o Reitor, dizer em que aspectos a redução da
252 jornada impactará nas atividades do *Campus* e que não ficou claro em que
253 instância a decisão da matéria deve ser dada. A conselheira Izabel Soares
254 reafirmou que é preciso ouvir o conselheiro Antonio Myskiw que se fará presente
255 na sessão após o término da apresentação dos seminários em aula. A conselheira



256 Adalgiza Neto sugeriu que uma comissão do conselho, permanente ou temporária,
257 apresente critérios claros para este tipo de pedido antes de discutir casos
258 particulares, estudando como é feito em outras Instituições de Ensino Superior
259 (IES). A conselheira Sabrina Casagrande disse que, se compete à CPPD
260 assessorar, esta Comissão deve orientar também os *campi* sobre como proceder,
261 pois cada *campi* poderá elaborar os critérios à sua maneira. Falou que não se
262 sente a vontade, como membro da CPEPE, em definir os critérios para estes
263 pedidos sem ter uma base do órgão que, *a priori*, deveria prestar assessoria.
264 Sugeriu reportar à CPPD ou NPPD do *Campus* para que esta estabeleça os
265 critérios para que, posteriormente, se passe a alguma Comissão do Conselho. O
266 presidente sintetizou o encaminhamento da Conselheira Sabrina Casagrande e
267 dos conselheiros que haviam se manifestado anteriormente sugerindo
268 encaminhamentos e estes se sentiram contemplados neste encaminhamento: que
269 o Conselho se reporte à CPPD, através da NPPD, para que a CPPD dê
270 orientações gerais não somente para o *Campus* Realeza, mas para todos os
271 *campi* e, após estas orientações, a CPEPE possa deliberar com fundamento e
272 aprofundamento. A conselheira Izabel Soares reafirmou a necessidade de ouvir o
273 conselheiro Antonio Myskiw antes de encaminhar conforme sugestão da
274 conselheira. Relembrou que o processo de afastamento docente está para ser
275 aprovado, pois a minuta já está finalizada. A conselheira Rozane Triches
276 questionou se nunca houve, na UFFS, solicitação de redução de carga horária e,
277 se houve, qual foi o procedimento. Também questionou se houve um estudo da
278 CPPD sobre o assunto, uma vez que a solicitação já foi feita há bastante tempo.
279 Concordou que os critérios devem ser pensados a nível de Instituição e reafirmou
280 a importância da docente no Colegiado do Curso de Nutrição e que gostaria de
281 mantê-la no quadro de docentes do curso e da Instituição. O presidente disse que,
282 em 2010 (dois mil e dez) houve um caso parecido em Laranjeiras do Sul, mas
283 como não havia definição Institucional para tratar da matéria, foi resolvido
284 administrativamente, o que difere de hoje, pois já existe uma normatização
285 aprovada pelo Consuni e atribuições investidas à CPPD no que diz respeito a esta
286 matéria. Explicou que, como Diretor, seu despacho foi referir os termos normativos
287 e legais e, devido aos fatos novos e à existência de novas normatizações, não
288 tomou a decisão. A conselheira Sabrina Casagrande sugeriu suspender o ponto de
289 pauta até o retorno do conselheiro Antonio Myskiw para verificar se o
290 encaminhamento proposto é adequado após as informações que o conselheiro
291 trará. **2.5 Apreciação do Regulamento da Clínica-Escola de Nutrição:** o
292 presidente apresentou o ponto de pauta e a conselheira Danielle Tenfen, como
293 relatora da Comissão que analisou o Regulamento, fez a leitura do parecer da
294 Comissão. O presidente colocou em apreciação o voto da relatora, que propôs a
295 Minuta substitutiva à proposta encaminhada à Comissão. A conselheira Rozane
296 Triches agradeceu o trabalho da Comissão dizendo que foi muito bem feito e se
297 posicionou favoravelmente ao relato da Comissão. Reafirmou que as atribuições
298 da Coordenação Adjunta e do Responsável Técnico (RT) ainda precisam ser bem



299 definidas e discutidas e que a Função Gratificada (FG) deve ser atribuída porque a
300 responsabilidade naquele espaço é grande e várias funções administrativas são
301 desempenhadas. A conselheira Márcia Nishiyama agradeceu os trabalhos da
302 Comissão e concordou com o relato da Comissão. Disse que buscou informações
303 no Conselho Federal de Nutrição (CFN) e no Conselho Regional de Nutrição e
304 que, nestes órgãos, não conseguiu contato com legislações pertinentes para
305 embasar o Regulamento. A conselheira Edineia Schmitz informou que a Comissão
306 discutiu sobre a colocação da determinação de FG no Regulamento, mas
307 concluíram que não cabe ao Regulamento determinar sobre isso. No entanto,
308 relatou que pode ser uma discussão deste Conselho. Reafirmou o posicionamento
309 da Conselheira Márcia Nishiyama sobre as orientações dos Conselhos,
310 exemplificando com o Conselho Regional e Federal de Química que, muitas vezes,
311 não estão aptos a orientar quanto às normativas existentes para regulamentação
312 de determinadas atividades. O presidente frisou que a Clínica está criada por
313 Portaria de uma instância superior ao Conselho de *Campus* e que cabe ao
314 Conselho regular o funcionamento dela. Esclareceu que o *Campus* não tem poder
315 para definir a atribuição ou não de FG, mas pode elaborar um documento e
316 fundamentá-lo para pleitear a FG. Colocou em apreciação o voto da relatora que
317 apresenta um substitutivo para a Minuta proposta anteriormente, sem prejuízo de
318 alterações pontuais no teor da minuta. A substituição foi aprovada por
319 unanimidade. O presidente explicou que, após a aprovação da substituição, é
320 preciso adotar uma metodologia para discussão do novo texto. Disse que abrir
321 prazo para manifestação dos conselheiros e, após, discutir apenas os pontos em
322 que houve manifestações, acolhendo os outros pontos como tacitamente
323 aprovados, é uma opção. Também é possível fazer a leitura e inserir as alterações
324 durante Sessões do Conselho. Solicitou a manifestação dos conselheiros. O
325 conselheiro Clóvis Butzge lembrou que a Coordenadora do Curso de Nutrição
326 manifestou o interesse de levar a minuta para o colegiado. A conselheira Rozane
327 Triches colaborou dizendo que não vê nenhum ponto que possa causar muita
328 discussão e que o colegiado poderia rever os pontos solicitados pela relatora,
329 enviar a ela e, na próxima sessão, ser apresentado novamente. O conselheiro
330 Clóvis Butzge disse que o encaminhamento mais adequado é remeter aos
331 conselheiros, abrindo espaço para manifestação deles, sistematizar os
332 apontamentos e, a partir disso, na próxima sessão, os pontos contestados serão
333 analisados. A conselheira Danielle Tenfen reforçou a necessidade de analisar o
334 documento com bastante atenção. Sugeriu ao menos dirimir quatro dúvidas que a
335 Comissão possui para, posteriormente, enviar aos conselheiros. A conselheira
336 Rozane Triches reafirmou o posicionamento de levar os apontamentos ao
337 colegiado do Curso de Nutrição para que este também possa se manifestar e
338 concordou com a abertura de prazo para manifestação dos conselheiros. A
339 conselheira Danielle Tenfen apresentou os pontos que não estão claros para a
340 Comissão: a) vinculação à Coordenação Acadêmica e à Coordenação
341 Administrativa; b) Explicitar no Regimento a possibilidade da Coordenação Adjunta



342 da Clínica-Escola de Nutrição ser exercida por um responsável concursado para
343 este fim, pois a carga horária docente, especialmente de ensino, é alta; c) discutir
344 a atribuição da FG; d) discutir a carga-horária atribuída ao Coordenador Adjunto. A
345 conselheira finalizou dizendo que os outros apontamentos não alteram
346 significativamente o teor do documento como estes supracitados. O conselheiro
347 Clóvis Butzge esclareceu que é possível a Coordenação Adjunta ser exercida por
348 um TAE, como é o caso da Edineia Schmitz nos laboratórios. No entanto, ressaltou
349 que o problema está na apresentação que está sendo feita no documento, que
350 estabelece que um docente dedicará 16 (dezesesseis) horas para a função e
351 receberá FG, enquanto um TAE dedicará 40 (quarenta) horas e não receberá FG.
352 Disse que a FG é atribuída à função desempenhada e não ao cargo do servidor.
353 Informou que um documento do Conselho de *Campus* não pode dar a
354 obrigatoriedade de criação de uma FG. Citou um exemplo do Consuni no qual a
355 Câmara de Pesquisa e Pós Graduação tentou criar uma FG para o Coordenador
356 de Pesquisa e Pós Graduação e foi rechaçado. Falou que as FGs são autorizadas
357 pelo MEC e que é preciso buscá-las administrativamente. A conselheira Adalgiza
358 Neto questionou se foi assim que aconteceu com a Unidade de Medicina
359 Veterinária (UMV). O conselheiro Clóvis Butzge explicou que, ao emitir a portaria,
360 o reitor nomeou o responsável com atividades administrativas e FG. Sobre a
361 vinculação ser acadêmica ou administrativa, esclareceu que se trata de uma
362 questão formal e que é preciso, apenas, consultar o organograma do *Campus* e
363 verificar a vinculação adequada. O presidente reafirmou a necessidade de
364 vinculação apenas a uma Coordenação e que, neste caso, é a Coordenação
365 Acadêmica, por tratar-se de um espaço vinculado às áreas fins. Lembrou que é
366 necessário permanecer dentro da portaria e que esta determina carga-horária.
367 Disse que é possível questionar, mas a princípio, o que existe como normativa
368 base é a portaria e que nesta não está o impeditivo do Coordenador Adjunto ser
369 um TAE, porém é preciso traçar o perfil que seja adequado para desempenhar as
370 atividades naquele espaço e, a partir daí, determinar a escolha do Coordenador
371 Adjunto. Enfatizou que é preciso atentar para as regulamentações existentes a fim
372 de não atropelar nenhuma norma de instâncias superiores. A conselheira Danielle
373 Tenfen irá compilar essas alterações, incluindo na Minuta substitutiva,
374 encaminhando-o à Secretaria dos Órgãos Colegiados. O presidente disse que as
375 atribuições da Coordenação Adjunta e da Recepcionista devem estar bem
376 definidas, ainda que o desenvolvimento envolva todos os servidores daquele
377 espaço, mas a coordenação local é quem ordenará estes trabalhos. A conselheira
378 Edineia Schmitz explicou que não existe um fluxo desenhado sobre como a Clínica
379 suprirá sua necessidade de compra e que, por isso, a atividade foi citada na
380 Minuta proposta. O presidente estipulou, portanto, o prazo de 20 (vinte) dias para o
381 envio das sugestões à Secretaria dos Órgãos Colegiados, após o envio da
382 sistematização pela conselheira relatora. O ponto de pauta **2.4 Alteração do**
383 **Regime de Trabalho de Docente lotado no Campus Realeza** foi retomado para
384 solicitar ao Conselheiro Antonio Myskiw informações sobre a reunião da CPPD,



385 uma vez que ele já se encontra participando da sessão. O conselheiro Antonio
386 Myskiw informou que na segunda reunião da CPPD, que ocorreu há uma semana,
387 o processo de solicitação de alteração de regime de trabalho da professora
388 Rozane Bleil era ponto de pauta da Reunião e que, na presença dos conselheiros
389 e presidentes das NPPDs dos demais *campi*, o processo foi apresentado. Informou
390 que, para que a CPPD possa trabalhar e emitir seu parecer, é preciso que,
391 obrigatoriamente, o processo passe, primeiro, pelo Conselho de *Campus* ou pelo
392 Diretor do *Campus* e, por isso, foi determinado que o processo deveria retornar
393 para o *Campus* emitir seu parecer. Disse que a NPPD do *Campus* pode ser ouvida
394 e emitir um parecer inicial para embasar a decisão do *Campus*. O presidente
395 esclareceu para o conselheiro quais eram as dúvidas do conselho, perguntou se a
396 CPPD possui alguma discussão acumulada para embasar, ainda que
397 minimamente, as discussões do Conselho. O conselheiro Antonio Myskiw explicou
398 que não existe na Instituição um conjunto de critérios que possa embasar este tipo
399 de pedido, que ainda precisa ser construído. Informou que a CPPD ainda irá
400 discutir este assunto. Sugeriu que a NPPD do *Campus* Realeza possa iniciar as
401 discussões na CPPD sobre este assunto a fim de definir alguns critérios para
402 embasar a solicitação da professora. O presidente então confirmou o
403 encaminhamento anterior, de enviar o processo à NPPD para que esta possa
404 estabelecer critérios para análise e que, depois, o Conselho faça sua análise e
405 despacho. Propôs os trabalhos para 15 (quinze) dias, se possível, para que possa
406 ser discutido na próxima sessão. O presidente sugeriu deixar os dois últimos
407 pontos para próxima sessão, ressaltou que o ponto de pauta que trata do
408 transporte pode ser resolvido administrativamente e expôs o último ponto,
409 explicando que, em 2013 (dois mil e treze), foram feitas reuniões em todos os
410 *campi* para planejamento de ações para 2014 (dois mil e catorze). No *Campus*
411 Realeza foi criado um instrumento didático para realizar a discussão, no qual havia
412 4 (quatro) níveis de discussão que cada setor deveria responder. O instrumento
413 solicitava que os servidores respondessem, primeiramente, como o setor se via na
414 Universidade e como enxergavam a Universidade. Posteriormente respondiam a
415 mesma pergunta, porém analisando o *Campus* e o setor. Por último, foi solicitado
416 que elencassem propostas de ações para o setor. Após esta primeira etapa, foi
417 feito um dia de reunião de planejamento para integrar as ações, cujo resultado foi
418 compilado e encaminhado à Pró-Reitoria de Planejamento, que elaborou o
419 Planejamento Anual de 2014 (dois mil e catorze), que tramita junto ao Consuni.
420 Informou que o *Campus* terá servidor responsável pelo Planejamento, que ajudará
421 a monitorar a efetivação do planejamento e a redimensioná-lo no que for
422 necessário ao longo do ano. A partir disso, esclareceu que o objetivo do ponto de
423 pauta é apresentar ao Conselho os trabalhos realizados e informar como está
424 sendo feito o Planejamento das atividades do *Campus* Realeza. Não havendo
425 mais nada a tratar, às 17 (dezessete) horas e 41 (quarenta e um) minutos, o
426 presidente agradeceu a presença dos conselheiros e encerrou a Sessão. Eu, Kyra
427 Barros Ferreira de Oliveira, lavrei a presente ata que, após aprovada, será



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Universidade Federal da Fronteira Sul
Conselho de *Campus* de Realeza

428 | assinada pelo presidente e por mim.

José Oto Konzen
Presidente

Kyra Barros Ferreira de Oliveira
Secretária